

Palavras-chave: Mazagão; castelo; fortaleza; vila; património

Key words: Mazagão; castle; fortress; village; heritage

ABSTRACT

Unesco's declaration of Mazagan as World Heritage underscores its importance as pioneering evidence of modern fortification in the African continent. The present-day neighbourhood of Cité Portugaise in El Jadida has an architectural and urban Portuguese history, which began with the construction of the 1514 manuelin castle and that would last for over two and a half centuries. However, it was the construction of a new fortified and bastioned fortress, including a city inside, designed in 1541 by a team of architects and engineers, that would crystallize the image of Mazagan as an impenetrable stronghold and that would preserve the Portuguese layer in the Moroccan city.

RESUMO

A classificação da UNESCO veio reforçar a importância de Mazagão como figura pioneira da fortificação moderna no continente africano. O actual bairro da *Cité Portugaise* em El Jadida encerra em si uma história portuguesa, construída e urbana, que debutou com o levantamento de um castelo manuelino em 1514 e se prolongaria por mais de dois séculos e meio. Porém, foi o investimento numa nova praça fortificada e abaluartada, com desenho regulado de vila no seu interior, conduzido por uma junta de arquitectos e engenheiros em 1541, que cristalizaria a imagem de Mazagão como baluarte inexpugnável no Norte de África e preservaria o estrato formal português na actual cidade marroquina.

MAZAGÃO:

A última praça Portuguesa no Norte de África

Jorge Correia*

Enquadramento histórico

A presença portuguesa no Norte de África perdurou durante mais de três séculos e meio, debutando com a conquista de Ceuta em 1415 e terminando com a evacuação de Mazagão na segunda metade do século XVIII. Ceuta assinala o prolongamento da Reconquista Cristã do outro lado do Estreito e o início de 354 anos de presença portuguesa no Norte de África. Nunca conseguindo implementar um verdadeiro Algarve de Além-Mar, o domínio português no Norte de África pontuaria a costa com possessões isoladas, cuja influência para o interior dependia de acordos estabelecidos com os reinos de Fez ou de Marrocos (Fig. 1). Podemos falar de dois tipos de aproximação ao território magrebino. A conquista foi, sem dúvida, o processo que maiores benefícios trouxe a Portugal, não só pelo fornecimento de um tecido urbano e comercial estabelecido, como pela duração média da soberania portuguesa alcançada nestas praças: Ceuta (1415-1640), Alcácer Ceguer (1458-1550), Tanger (1471-1661), Arzila (1471-1550)¹, Azamor (1513-1541) e Safim (1508-1541). Apenas Anafé (actual Casablanca) resistiu aos assaltos de 1467 e 1487, sobretudo pela falta de capacidade militar de ocupação e subsistência. De Ceuta a Safim verificou-se uma redução da área intra-muros, mais vantajosa no que diz respeito à sua manutenção e abastecimento². Através do redimensionamento dos perímetros amuralhados e subsequente reordenação do espaço urbano, estamos perante um esforço progressivo e empírico de concepção de cidade. Este aspecto veio dar origem a um dos princípios mais importantes de

* Professor Auxiliar, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, Portugal. Investigador do Centro de História Além-Mar (CHAM). jorge.correia@arquitectura.uminho.pt

1 Arzila voltaria a ser portuguesa entre 1578 e 1589.

2 Com excepção de Alcácer Ceguer, onde a mancha urbana, apesar de profundamente alterada, terá permanecido aquando da passagem para domínio cristão.



Fig. 1 - Distribuição das conquistas, das fundações e dos pontos de contacto portugueses no Norte de África
 © Ilustração do autor

actuação na malha islâmica herdada e nos recintos fortificados encontrados pelos portugueses – o *atalho* – ou seja, a redução das superfícies urbanas e dos perímetros amuralhados ocupados com vista a uma melhor gestão da sua subsistência e defesa.

Por outro lado, a fundação de novos pontos fortificados em locais geograficamente relevantes ou em povoados abandonados permitiu um efeito efêmero de pulverização portuguesa na costa norte-africana, à excepção do reduto inexpugnável de Mazagão (1514-1769). Das tentativas falhadas de implantação de fortalezas na Graciosa (1489) e em Mámora (1515) às cons-

truções de castelos em Santa Cruz do Cabo de Guer (1505-1541), em Mogador ou Castelo Real (1506-1510?), em Ben Mirao (1507?-1512?) e em Aguz (1520-1524?), a hostilidade das tribos da Duquela ou do Sus repelia o assentamento mais prolongado das posições portuguesas. Sem esquecermos, todavia, a autorização de feitorias em Safim desde 1488 ou em Meça (1497) ou ainda a vassalagem de Azamor à Coroa portuguesa desde 1486, é da diferença entre o lote das grandes conquistas descritas acima e a fundação de Mazagão que resultou a experiência portuguesa de cidade no Norte de África.

1769 marca o abandono da última praça portuguesa neste território. Esta data separa os dois grandes tempos de Mazagão: um anterior, iniciado com o estabelecimento português em 1514, e um posterior, relacionado com a progressiva integração das estruturas portuguesas numa cidade marroquina que actualmente se designa por El Jadida, *a nova*. O reconhecimento da excepcionalidade da herança portuguesa neste ponto da costa magrebina chegou em 2004, com a inscrição da “Cidade Portuguesa de Mazagão” na lista de Património Mundial da UNESCO. Tal classificação propõe uma revisitação da história construída e urbana desta antiga praça portuguesa ao mesmo tempo que lança o debate sobre a sua preservação e valorização. Se bem que a razão para o registo da cidadela portuguesa se centre no valor da fortificação e vila modernas para o seu argumento capital, a história da presença dos portugueses neste local é anterior e está bem documentada do ponto de vista físico.

O Castelo de Mazagão

Nas próximas linhas tentaremos fornecer, resumidamente, a imagem embrionária daquela que viria a constituir a possessão portuguesa de duração mais prolongada no Norte de África e, como tal, o caso fundacional de maior sucesso. Em Mazagão, a história é o negativo da maioria das praças portuguesas da costa magrebina, tomando 1541 como mote de desenvolvimento e não como irremediável ou vergonhosa capitulação, como acontecera com a meridional Santa Cruz, actual Agadir. Aqui e agora importa reter os contornos mais relevantes da história das arquitecturas da primeira fundação portuguesa, no contexto das restantes empresas fundacionais que, entre 1505 e 1519, ensaiaram uma presença costeira mais disseminada no recorte marítimo dos então territórios de Marrocos e Sus.

A presença dos portugueses neste local, conhecido pelas potencialidades defensivas da sua baía e pela presença dos cereais da Duquela, está documentada desde o último quartel do século XV³. Para trás, as hipóteses de ocupação deste ponto da costa até aos finais do século XV são vagas, mas a teoria em torno da existência de um pequeno povoado piscatório denominado *Mazghan* parece concorrer para a ideia de um lugar habitado antes da chegada dos portugueses. Velho topónimo berbere, surge citado como porto pelos geógrafos árabes⁴, constituindo, sem dúvida, a raiz da designação portuguesa de Mazagão. Não nos alongaremos muito sobre o imaginário lendário que descreve as acções edificadoras dos portugueses sobre o promontório rochoso da baía como resultado do acaso e da iniciativa particular de Jorge de Mello...⁵ De igual modo, perdura na incerteza o reconhecimento de Mazagão-Velho, muito embora um aglomerado indígena fosse uma realidade provável. Romanticamente, fiquemos com a herança toponímica de *al Boraydja*, uma atalaia pertencente a uma rede de postos de vigia costeiros, ainda hoje identificada com a Torre da (Al)Boreja do castelejo português, e onde se incluía o *ribat* de Tite, actual Moulay Abdallah, mais para sul.

Só em 1513, no seguimento da conquista da cidade vizinha de Azamor, se tomou a decisão da construção de uma fortificação, erguida por Diogo e Francisco de Arruda, no ano seguinte⁶: “(...) mando ter navios em Mazagam, honde he neçesario huua fortaleza mais que a vida pera este lugar, e tam grande que possam ençarrar nela dous ou três mil moyos de pão, se conprir. Aja V.A. que he o melhor porto do mundo. (...)” escrevia o duque de Bragança na refrega da tomada de Azamor, pretendendo estabelecer em Mazagão um baluarte avançado da praça azamorense com capacidade de armazenamento no seu interior e para defesa das excelentes condições portuárias da baía⁷. A

3 Em 1499, o Papa Alexandre VI atribui à Diocese de Safim jurisdição sobre Mazagão, Azamor, Almedina, etc.. in *Bulla de Alexandre VI*, 17 de Junho de 1499 (IAN-TT, Bulas, maço 16, nº 21), in *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo...* 1892, 95.

4 Idrissi 1866, 84.

5 Para uma avaliação crítica sobre as origens de Mazagão, consultar o texto de Pierre de Cénival in *Les Sources Inédites...* I, 1934, 103-107.

6 Uma vez que a edificação do castelo manuelino em Mazagão aparece relativamente bem documentada e estudada, seguiremos a correspondência estabelecida com a coroa, entre 1513 e 1518. Destacamos, porém, o texto de Rafael Moreira sobre este tema em *A Construção de Mazagão* (Moreira 2001, 31-36).

7 *Carta do Duque de Bragança a D. Manuel I*, Azamor - 30 de Setembro de 1513 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 13, doc. 62) in *Les Sources Inédites...*, *op. cit.*, 438-442.

missiva do duque lançou a discussão em torno das opções de conteúdo e localização. Por um lado, opinava-se acerca da maior utilidade da construção de um castelo em Mazagão ou na barra do Oum er-Rbia, pois a cidade de Azamor situava-se umas milhas a montante do rio, enquanto outras vozes aplaudiam a criação de uma vila em Mazagão em detrimento da manutenção do centro urbano de Azamor⁸. D. Manuel I decidiu-se pela edificação de apenas um singelo castelo em Mazagão e de um atalho imposto à Azamor muçulmana para formar um castelo com vila. Rui Barreto, primeiro capitão de Azamor, ainda chega a questionar a vontade do monarca, defendendo que uma fortificação segura naquela vila, amparada por boa guarnição, chegaria para assegurar a primazia portuguesa sobre a costa até Safim⁹. Porém, a obra de Mazagão haveria de avançar assim que Azamor oferecesse condições de segurança suficientes para se bastar a si e à empreitada a iniciar-se três léguas para sul.

Um magro mês bastou para que os mestres Diogo e Francisco de Arruda estabelecessem o calendário e um caderno de encargos básico para os trabalhos de Mazagão. Para o Verão, os dois irmãos solicitavam madeira, cal, tijolo, transporte de materiais desde Azamor e protecção permanente até ao término da empreitada¹⁰. O edifício era composto por uma planta quadrangular com cortinas a unir os quatro baluartes cilíndricos – Boreja, Cadeia, Rebate e Cegonha (Fig. 2). Excluindo os torreões que intersectam a quadra nos ângulos, o castelo insere-se num quadrado de sensivelmente dezoito braças de lado pelo exterior. Ainda hoje é possível extrair o castelo original das dependências que o foram preenchendo ao longo das décadas seguintes, sobretudo após a grande remodelação de 1541 (Fig. 3). Os quatro grossos muros eram ameados, tal como os torreões, e apenas perfurados pela entrada original junto à torre sudeste, voltada para Azamor, e cuja soleira se encontra hoje anormalmente situada acima da cota do chão da cisterna. Torre aquela que se destacava pelo coroamento semelhante aos dos baluartes de S. Cristóvão e do

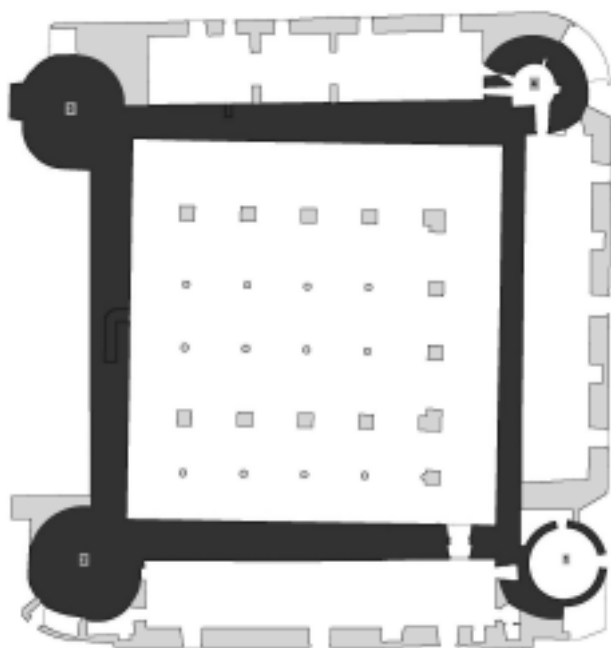
8 *Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, Azamor* - 5 de Dezembro de 1513 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 13, doc. 62), e *Carta de João de Meneses a D. Manuel I, Azamor* - 1-9 de Dezembro de 1513 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 14, doc. 4), in *Idem*, 453-456 e 459-467, respectivamente.

9 *Carta de Rui Barreto a D. Manuel I, Azamor* - 21 de Fevereiro de 1514 (IAN-TT, Cartas dos Governadores de África, nº 114) in *Idem*, 489-501.

10 *Carta de Francisco e Diogo de Arruda a D. Manuel I, Azamor* - 31 de Março de 1514 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 15, doc. 14) in *Idem*, 525-529.



Fig. 2 - Interior do edifício do castelejo, com vestígios da Torre da Cegonha e da Torre do Rebate, actual minarete.
© Fotografia do autor



1. Torre da Boreja
2. Torre da Cadeia
3. Torre do Rebate
(actual minarete)
4. Torre da Cegonha

Fig. 3 - Planta dos vestígios do castelo português nas estruturas actuais. © Ilustração do autor



Fig. 4 – Edifício do castelejo com Torre da Boreja. © Fotografia do autor

Raio, em Azamor; caracterizado pelo mesmo tipo de sacadas para tiro mergulhante. Presentemente, a sempre lendária Torre da Boreja é uma híbrida e recente estrutura de betão e tijolo, abrigando um pequeno posto policial (Fig. 4). Também comum a todos os baluartes era a sua distribuição vertical por dois pisos sob uma plataforma superior; munidos de bocas horizontais de bombardas para tiro radial. A matriz formal que presidiu à elaboração deste castelo pertence à família do castelo de base quadrada edificado pelos portugueses em Mogador e a edificar em Safim e Aguz.

A conclusão do castelo parece ter sido bastante célere, a avaliar pelo envio de mobiliário, ornamentos, alfaia religiosa e paramentaria para a sua igreja em Agosto de 1514¹¹. Lenta foi a escavação do fosso que rodearia o castelo a uma profundidade de vinte palmos, todavia não terminado quatro anos mais tarde¹². O preenchimento do interior deste quadrilátero, nos decénios

11 *Alvará de D. Manuel I*, Lisboa - 8-23 de Agosto de 1514 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 15, doc. 117) in *Idem*, 598-599.

12 *Carta de António Leite a D. Manuel I*, Mazagão - 22 de Julho de 1518 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 23, doc. 85) in *Les Sources Inédites...*, II, Première partie, 1939, 202-203.

subsequentes, é discutível. Alguns indícios poderão apontar para um conjunto de obras, resposta às necessidades de um aglomerado espontâneo cada vez maior e que ultrapassariam as de mero reduto defensivo. Seriam estruturas de madeira que contornariam o perímetro intramuros para abrigo de cavalos e militares, numa primeira fase, mas que gradualmente foram recebendo funções relacionadas com a gestão de uma vila que começava a florescer nas imediações do castelo. Ainda o fosso não estava concluído e já algumas estacadas se levantavam como cercas de gado e vedações para pequenas hortas¹³.

Foi o entusiasta bispo de Safim, D. João Subtil, quem primeiro adiantou a possibilidade de se fazer uma vila em Mazagão¹⁴. Corria o ano de 1520 e as condições favoráveis do *hinterland* de Mazagão concorriam para a fixação de habitantes à sombra do castelo. A visão estratégica do duque conquistador de Azamor colhia os seus frutos, beneficiando da generosidade da flora e fauna circundantes. Até 1537, aglomerou-se efectivamente uma vila junto do castelo, ano em que Manuel de Sande se identificava claramente como “capitão e governador d'esta vylla de Mazagum”¹⁵. Designação que aparece reforçada pelos apelos do capitão, meses antes, a propósito da falta de provisões e recursos financeiros para a sua manutenção em bom estado de defesa - “(...) esta villa esta tam esquecyda de V. A. e faz-se tam pouco conta d'ela (...); pois também esta villa he de V. A. como Aazamor (...)” - lembrando que se contava “aqui mui pouca gemte, amtre moços e velhos e cleriguos e Judeus e todos os outros (...) que abaste para as vellas necesarrias a esta villa e fortaleza (...)”¹⁶. Conhecendo-se a fortaleza, resgatados que estão os vestígios do castelo levantado pelos irmãos Arruda em 1514, torna-se mais complicada a tarefa de reconstituição da vila portuguesa que se foi formando nos decénios seguintes.

Uma análise atenta da estrutura urbana do actual *mellah*¹⁷ permite constatar uma maior irregularidade no traçado no sector noroeste, compre-

13 *Idem*.

14 *Carta do Bispo de Safim a D. Manuel I*, Santa Clara - 6 de Março de 1520 (IAN-TT, Cartas dos Governadores de África, nº 59) in *Idem*, 269-272.

15 *Ordem de Manuel de Sande*, Mazagão - Março de 1537 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 210, doc. 94) in *Les Sources Inédites...*, III, 1948, 88-89.

16 *Carta de Manuel de Sande a D. João III*, Mazagão - 21 de Setembro de 1536 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 57, doc. 107) in *Idem*, 59-64.

17 Após a evacuação portuguesa de 1769, Mazagão permaneceu arrasada e abandonada, tendo sido a comunidade judaica a primeira a reabitá-la, já no século XIX, daí a designação de *mellah* – bairro judeu – que permaneceu na tradição oral até aos nossos dias.

endido entre o Baluarte de Santo António e o centro da *Cité Portugaise*, revelador de uma organicidade chocante com a ortogonalidade do restante sistema viário. Este aspecto aparece claramente documentado na cartografia setecentista, confirmando a possibilidade de uma persistência urbana nesta zona desde tempos manuelinos, caracterizada por um tecido de formação espontânea. Integrado no plano urbano de 1541, manteria as clivagens formais para uma nova concepção de fazer cidade. Nem a islamização que a partir do século XIX perverteu a regularidade da vila projectada e construída em meados de Quinhentos conseguiu mascarar este núcleo primitivo. Porém, é impossível estabelecer o perímetro da vila portuguesa de então.

Foi essa vila e castelo que João de Castilho, com Duarte Coelho, foi inspeccionar em 1529, numa missão integrada de avaliação das praças portuguesas no Norte de África¹⁸. A iniciativa real desencadeou uma série de consultas às quais o Bispo de Lamego respondia, apontando a fortificação de Ceuta e Mazagão como a melhor opção para se resistir ao inimigo turco Barba Roxa, juntamente com a evacuação das restantes vilas e cidades meridionais - Safim, Azamor e Santa Cruz¹⁹. Este seria o prenúncio da grande intervenção de remodelação operada em Mazagão, transformando-a numa vila-fortaleza segundo um projecto de ruptura epistemológica com a tradição arquitectónica, militar e urbana, até então trabalhadas pelos portugueses neste território. A queda de Santa Cruz em 1541 determinou o arranque da empresa que fez do fortim manuelino o epicentro de uma operação que permitiria manter Mazagão em mãos portuguesas até 1769, invertendo a sentença traçada para a maioria das possessões lusas desta costa.

A (re)fundação de Mazagão

A fortaleza

A ruptura formal com que, geralmente, se associa a experiência de Mazagão diz respeito à inauguração de um projecto de fortificação abaluartada,

18 Cf. *Carta do Duque de Bragança a D. João III, Vila Viçosa* - 12 de Fevereiro de 1529 - IAN-TT, Gaveta XVIII, maço 10, nº 10.

19 *Resposta do Bispo de Lamego ao rei sobre a guerra de África*, Lisboa - 7 de Outubro de 1534 (IAN-TT, Reforma das Gavetas, Gaveta II, maço 7, nº 4) in *Les Sources Inédites...*, II, Seconde Partie, 1946, 656-661.

sendo este dispositivo – o baluarte²⁰ – caracterizado por uma planta pentagonal ou “em cunha”. Constitui a inovação que haveria de remodelar os redutos defensivos das praças mantidas a norte, onde, respectivamente, em Ceuta e Tânger, os vestígios das frentes abaluartadas sobre o fosso marítimo ou em torno do Castelo Velho atestam uma *praxis* moderna das reformas nas duas décadas seguintes. A iniciativa foi gerida por uma junta de arquitectos encarregue de dotar Mazagão das novas concepções da arquitectura militar e da tratadística italiana, composta por Benedetto da Ravenna, Miguel de Arruda e Diogo de Torralva. Ao primeiro ficou-se a dever o projecto da nova praça-forte que João de Castilho, executor das obras, afirma pretender seguir fielmente, em carta enviada a D. João III a 15 de Dezembro de 1541²¹.

Se a Torralva coube o estudo do lugar²², foi Miguel de Arruda quem estabeleceu as principais pontes de diálogo na equipa, indo buscar Benedetto da Ravena a Espanha. De facto, Arruda encontrou-se com o seu congénere italiano no Porto de Santa Maria, munido das instruções e orientações reais para a missão, para daí seguirem rumo a Ceuta. Esta inspecção foi preparada para obter o máximo de eficácia possível. Assim, o pedido de D. João III ao cardeal de Toledo, ministro do Imperador Carlos V, para que conceda licença ao seu engenheiro de fortificações militares, Benedeto, no sentido de acompanhar Miguel de Arruda a África²³, continha já uma intenção simultânea de dotar Mazagão de um novo sistema defensivo inexpugnável e de reavaliar o sistema defensivo de Ceuta. O saber adquirido por Arruda proporcionou o seu reenvio ao Norte de África para, sete anos mais tarde, riscar a cidadela moderna de Tânger e ajuizar da vantagem da construção do forte do Seinal, sobre Alcácer Ceguer.

A fundação da praça no primeiro dia de Agosto de 1541, por Luís de Loureiro, efeméride gravada em epígrafe²⁴, decorreu em plena laboração do esta-

20 Nas palavras de Rafael Moreira, “o elemento central do novo tipo de fortificação, e a única criação arquitectónica absolutamente nova desde a Antiguidade” (*História das Fortificações Portuguesas no Mundo* 1989, 144).

21 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 72, doc. 32) in Sousa Viterbo 1899-1922, I, 194-195: “(...) E quanto ao que V. A. espreveu que na obra não saya dos apontam_tos de Benito de Reuena, eu asy o fiz sempre e farey (...)”.

22 *Idem*, III, 126.

23 *Notas sobre alguns Engenheiros nas Praças de África* 1922, II. Cf. Moreira, *op. cit.*, 112 (BNL, cód. 1758, fls. 468v-469).

24 Cf. Correia 1923, 65-66.



Fig. 5 - Planta actual à cota baixa da *Cité Portugaise*. © Ilustração do autor

leiro conduzido por João de Castilho e inspeccionado por João Ribeiro (Fig. 5). De facto, durante esse Verão, várias são as missivas que dão conta do andamento dos trabalhos, em particular na mais urgente frente de terra “que anda no baluarte da bamda de Tite”²⁵, o actual Baluarte de Santo António, que já se designou por S. Jorge ou D. Diogo. O avanço da obra permitia já a execução das portas da praça²⁶, denunciando que, mesmo faltando o levantamento total de todos os baluartes, o perímetro estava alcançado e encerrado, depois da

25 Carta de Luís de Loureiro a D. João III - Mazagão, 25 de Agosto de 1541 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 70, doc. 75) in *Les Sources Inédites...*, III, 1948, 502-506.

26 Carta de Luís de Loureiro a D. João III - Mazagão, 28 de Agosto de 1541 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 70, doc. 76) in *Idem*, 507-508.

laboriosa contribuição de todos quantos se haviam empenhado no rasgamento da superfície rochosa natural para a abertura das cavas e caboucos. No final do mesmo ano, com quarenta palmos de altura, concluía-se o então apelidado Baluarte dos Medãos²⁷, que retirava da localização na linha de dunas da baía o seu primeiro nome, depois chamado do Serrão e mais tarde de Santo-Espírito. O baluarte, que era “hũa das fortes he fermosa cousa que a em Espanha”, permitia a João de Castilho considerar “a obra esta ya de maneira que, nã diguo eu vir ho Xarife, mas o Turquo com quanto poder tem, nos nã poderá fazer mall”²⁸.

Assegurada a frente de terra, o primeiro semestre de 1542 foi dedicado ao término da banda do mar, com dois baluartes, um integralmente dentro de água, entre os quais se abrigava a calheta ou porto (Fig. 6). Ficava completo o desenho do polígono da nova fortaleza de Mazagão composto por quatro ângulos principais unidos por panos de muralha medidos em trinta palmos pelo mestre biscainho, em jeito de ponto de situação²⁹, alturas que se preservam nas zonas menos alteradas do presente, e que se elevavam aos quarenta palmos quando contabilizados os cavaleiros dos baluartes. Um inquê-



Fig. 6 – Vista da frente de mar das muralhas, com Baluarte do Anjo em primeiro plano.
© Fotografia do autor

27 *Carta de João de Castilho a D. João III - Mazagão*, 6 de Janeiro de 1542 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 71, doc. 52) in *Les Sources Inédites...*, IV, 1951, 13-14.

28 *Idem*.

29 *Carta de João de Castilho a D. João III - Mazagão*, 18 de Julho de 1542 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 72, doc. 68) in *Idem*, 70-74.

rito reconstitutivo ao contorno amuralhado recolhe uma nomenclatura que, como já se percebeu, foi sendo cambiada. Num périplo desde a calheta, onde se abria a Porta do Mar ou da Ribeira sobre um ancoradouro em degraus, para norte, encontrávamos:

– o Baluarte de S. Sebastião ou do Norte, apresentando orelhão para o lado de terra, sobre o fosso marítimo, agora drenado; um longo braço fortificado, descrevendo uma inflexão côncava segundo um ângulo obtuso de 160° (Fig. 7), próximo do ponto onde se abre a Porta ou Portinha dos Bois, exclusivamente aberta *a posteriori* para recolha do entulho da cava³⁰; o Baluarte de Santo António, anteriormente chamado de S. Jorge ou D. Diogo, ou ainda S. Pedro, de



Fig. 7 - Vista desde Baluarte de S. Sebastião para Baluarte de Santo António, com cortina fortificada norte. © Fotografia do autor

figura praticamente simétrica com dois orelhões; a frente de vila, igualmente quebrada por inflexão de 158° , interrompida pelo Baluarte do Governador que abrigava a porta principal da vila e cuja estrutura desapareceu quase por completo; o Baluarte do Santo-Espírito, outrora designado por Serrão, Combate ou dos Medãos, separando praia e sertão; a cortina meridional de planimetria em cotovelo de 163° sobre entrada do fosso (única permanência do canal aquático), regulável por buxa ou comporta; por fim, o Baluarte do Anjo ou de Santiago fecha a cava, sobre a qual descreve um orelhão, e ajuda a definir a entrada do porto.

³⁰ Farinha 1987, 5.

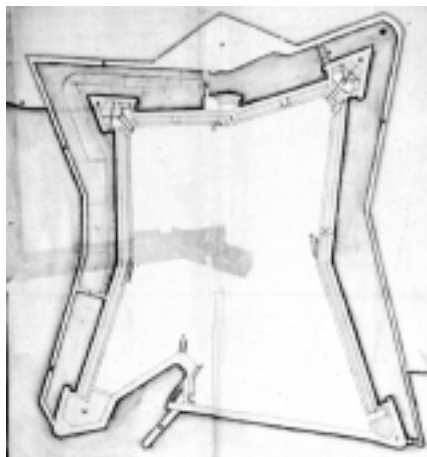


Fig. 8 – Planta da Fortaleza de Mazagão - 1611, fl. 104 (PT-TT-CCDV-23). © Imagem cedida pelo IAN/TT

O elemento cartográfico mais antigo existente sobre Mazagão reflecte, justamente, a traça acima descrita, tendo sido desenhado em 1611 com o intuito de declarar as áreas da cava a limpar e desentulhar (Fig. 8). Da intenção da mostra se deduz o restante desenho do conjunto fortificado, composto por um fosso que circundava três frentes da fortaleza e por forte revelim em frente à Porta da Vila. O talude de reforço exterior desta estrutura e de todo o contorno do fosso interrompia-se nos pontos em que tocava a linha da preia-mar. Involuntariamente, a gravura acaba por isolar um sistema defensivo de grande inovação cuja família formal encontra parentescos nas experiências já quinhentistas de António da Sangallo, em Itália, ou raízes numa prática guerreira de Benedetto da Ravena pelo Mediterrâneo, de Rodes a Tunes³¹. A coincidência da urgência derivada da crise africana acontecia no seio de uma corte próxima do monarca, onde participava o infante D. Luís, também ele experimentado nas lides beligerantes ao lado de Ravena. Uma corte à qual regressava, por esta altura, Francisco de Holanda. Vinha de Itália para onde havia sido enviado por D. João III para desenhar fortalezas, como Pesaro, e, na capital portuguesa, reivindicava a solução arquitectónica para a praça portuguesa.

O modelo repousava sobre o princípio fundamental da eliminação dos ângulos mortos ou cegos através do cruzamento de linhas de fogo rasantes e paralelas aos planos horizontal da água do fosso e vertical da muralha, dispa-

31 | Moreira, *op. cit.*, 52-53.

radas a partir de dois níveis de canhoneiras colocadas nos orelhões dos baluartes. O sistema assumia-se como um autêntico organismo bélico através da desmultiplicação de direcções de tiro desde as plataformas superiores dos baluartes, coroados com seus cavaleiros, e ao longo dos caminhos de ronda das instâncias intermédias dos muros, como o provam as diferentes orientações das canhoneiras mazaganenses. O pleno funcionamento do dispositivo impedia a aproximação e o assalto inimigos. O conceito havia sido experimentado em alguns arranjos de arquitectura militar em praças conquistadas e remodeladas pelos portugueses - o Baluarte da Porta de Ceuta (Alcácer Ceguer), o Baluarte da Pata de Aranha (Arzila) ou o Baluarte do Raio (Azamor) - mas os ensaios ainda não constituíam um lançamento formal do baluarte moderno.

A vila

Tal como na vizinha Azamor, a fortaleza e a vila de Mazagão identificavam-se espacialmente. Em Abril de 1541, da correspondência entre o rei e Luís de Loureiro percebe-se como, quer a hipótese da manutenção do sítio, com uma renovação das fortificações, quer o espectro da evacuação se encontravam em discussão³². Da carta emanam também várias considerações sobre as tensões geradas entre castelo e vila, saindo reforçada a ideia de um conjunto urbano com alguma dimensão para o qual o reduto acastelado seria insuficiente - “(...) e querendo-lhe defemder a vila se comprise rrecolher ao castelo guastava-se-lhe mais o tempo de vos terem cerquados, porque o castelo soo, por ser pequeno, em mais breve tempo lhe podem fazer muito dano. (...)” - para além de que o abandono da vila implicaria uma operação de arrasamento e limpeza dos escombros tal como era hábito efectuar nas áreas urbanas excluídas nos processos de atalho: “(...) E comtra leixardes e vos meterdes no castelo, há também muy grandes inconvenientes, que, leixando a villa, nam na podereis tão asinha arasar tanto que não ffique muita pera as estancias dos imiguos; e se as casas todas nam ficasem de todo postas per terra, aimda que lhe derribazeys os telhados, seriam as paredes gramde ajuda pêra se cheguaem ao voso muro (...)”. Depreende-se da missiva que as hesitações do

32 *Carta de D. João III a Luís de Loureiro* - Lisboa, 13 de Abril de 1541 (BNL, cód. 1758, fls. 62-62v) in *Les Sources Inédites...*, III, 1948, 390-394.

capitão Luís de Loureiro relativas ao alcance de uma solução satisfatória e equilibrada entre as componentes militar e urbana de Mazagão, existentes à data, bem como a urgência de fortificação face à ameaça crescente dos xerifes sádidas, impeliram as diligências que, a partir do mês seguinte, trariam a Mazagão a dita junta de arquitectos e engenheiros. O investimento passava também então pela preservação e integração do tecido construído em torno do castelo manuelino no novo projecto de vila-fortaleza.

O plano tomou como centralidade o castelejo tardo-medieval, transformado em charneira administrativa da praça-forte. Os trabalhos não se resumiram à implantação das defesas exteriores – muralhas, baluartes, fosso e revelim – mas manifestaram-se igualmente na adaptação ou criação de equipamentos públicos. Os espaços entre os torreões cilíndricos do primeiro castelo foram preenchidos por armazéns e serviços da nova vila, exibindo uma estrutura em cruzaria de ogivas semelhante à utilizada na cobertura da grande cisterna semi-enterada no interior do quadrângulo, terminada em 1547³³, e no reforço interno das torres. A cisterna, uma das principais responsáveis pela sustentabilidade da praça durante longos cercos, permanece como um dos marcos mais categóricos do investimento português no Norte de África (Fig. 9). Entre o recinto do castelo inicial, agora espaço dedicado ao armazenamento de água, provisões ou pólvora, às casas do hospital e da misericórdia, e as novas fortificações lançou-se uma grelha viária tendencialmente regular, ou seja, uma matriz urbana não divorciável da lógica global da intervenção.

A planta de Mazagão necessita uma observação bipartida que distinga o sector noroeste da restante área ocupada (Fig. 5). Como referimos atrás, a explicação para uma menor regularidade dos arruamentos nesta zona pode residir na herança da vila espontânea, agregada ao castelo entre 1514 e 1541. No limite meridional desta porção do território urbano de Mazagão erguia-se o Palácio do Governador que ajudava a conformar o maior dos espaços públicos da vila: o Terreiro. Inscrevia-se numa figura aproximadamente rectangular também delimitada por um dos lados do primitivo castelejo, agora remodelado, pelo acesso ao Baluarte do Governador, com a respectiva Porta da Vila, e pela longa fachada lateral da igreja matriz, votada a N. Sra. da Assunção. Entretanto, a demolição da residência do governador e a sua substituição por uma mes-

33 *Carta de Luís de Loureiro a D. João III - Mazagão*, 23 de Novembro de 1547 (IAN-TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 79, doc. 129) in *Les Sources Inédites...*, IV, 1951, 243-245.



Fig. 9 - Interior da cisterna. © Fotografia do autor



Fig. 10 - Rua da Carreira. © Fotografia do autor

quita no século XIX perverteram a leitura espacial portuguesa. O templo muçulmano, para além de apropriar a vizinha Torre do Rebate para minarete, atrofia o antigo espaço público português numa implantação refém da orientação para Meca.

A aparente ausência de ordenação cartesiana do núcleo noroeste contrasta com os demais três quartos da vila arruada segundo linearidades perspécticas e ortogonalidades nos cunhais. O desenho favorece a rectícula disposta numa geometria de quarteirões quadrangulares alongados. A Rua da Carreira emergia como o grande eixo estruturador da malha, pois fazia comunicar a Porta da Ribeira com a Praça do Terreiro, centro administrativo-religioso de Mazagão (Fig. 10). Por outro lado, a sua localização relativamente lateral em relação a esse núcleo pode remeter a sua utilidade para funções de distribuição da cavalaria ou de peças pesadas de artilharia aos baluartes de terra, através das ruas da Mina e do Arco. Aliás, o destaque axial conferido à Rua da Carreira questiona a relegação da Rua Direita para uma posição secundária, quando a esta referência geralmente se associavam questões de acessibilidade, centralidade e actividade terciária³⁴. Todavia, a partir da Porta da Ribeira, local de embarque/desembarque de pessoas e carga/descarga de mercadorias, a circulação distribuía-se em leque através de uma série de artérias - ruas da Praia, das Amoreiras, do Loureiro, do Martório, das Flores e, também, a própria Rua da Carreira - que conduziam à Rua Direita. Daí o alargamento que se verifica na secção desta via no segmento desde o encaixe da então Rua das Amoreiras, actual *Rue Abraham Zanati*, para norte, já registado na cartografia setecentista.

A documentação cartográfica mostra um estado consolidado da malha urbana da vila, não revelando a evolução do plano gizado ainda antes da metade do século XVI (Fig. 11). Desconhece-se o calendário do preenchimento dos lotes para habitação de moradores ou mesmo se o estabelecimento de todo o traçado fora imediato ou diacrónico. No entanto, algumas pistas formais concorrem para um tempo curto no lançamento dos quarteirões que recheariam o recinto intra-muros. O que a mesma cartografia não esconde é a facilidade de reconstituição desse tempo com base no actual tecido da *Cité Portugaise*. No presente, uma aspiração a uma realidade urbanística mais identificável por uma população quase exclusivamente árabe e muçulmana reflecte-se em mecanismos de lenta mas quotidiana metamorfose da herança portuguesa.

A reconstituição da malha de origem portuguesa permite abstrair uma geometria bastante regular assente numa grelha de ruas paralelas às duas

34 Costa e Correia 2002, 120-121.

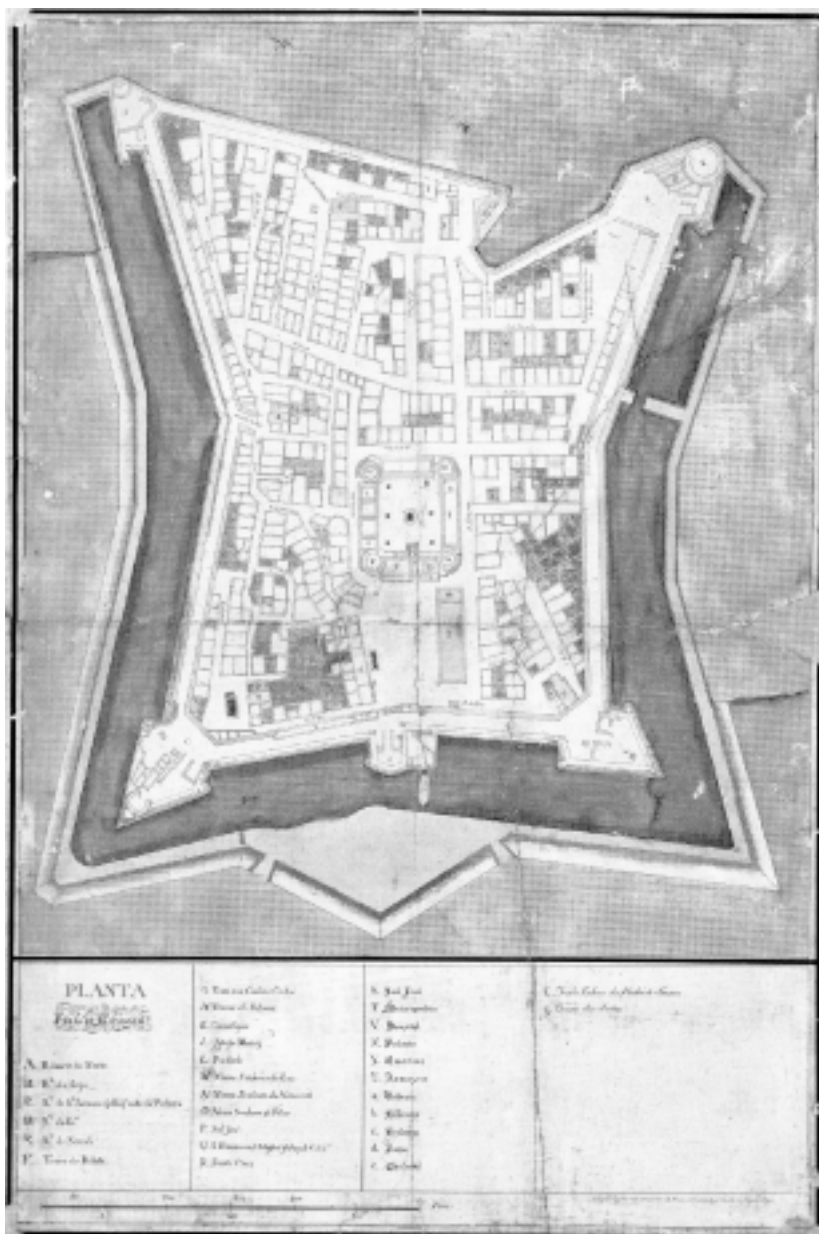


Fig. 11 - Planta da Praça de Mazagão - engenheiro Simão dos Santos/Guilherme Joaquim Pays - c. 1760 (cópia de original de c.1720?). © Instituto Geográfico e Português - CA 599

direcções presentes na muralha meridional da vila, entre os baluartes do Anjo e do Santo-Espírito. Considerando excluído o sector entre o Baluarte de Santo António, a Portinha dos Bois e o edifício da cisterna, como se justificou acima, o traçado deve ser compreendido segundo aquelas orientações e, como tal, repartido em dois momentos: por um lado, o panorama a sul da Rua da Carreira; por outro, a disposição urbana para leste da Rua Direita. Ambas as situações são preenchidas por rectângulos, por vezes ligeiramente imperfeitos, que desenham quarteirões alongados. Em detalhe, podemos registar a existência de quatro unidades deste tipo, cujos topos ajudam a conformar a Rua da Carreira, para além do arranque de um quinto quarteirão, geometricamente paralelo, definido pelo lado da *Rue Docteur M. Rodriguez* mas desvirtuado pelo canal da Rua da Luz. Entre a Rua Direita e a muralha marítima, uma sucessão menos regular de cinco módulos semelhantes vai diminuindo em largura à medida que se aproxima do ângulo setentrional assinalado pelo Baluarte de S. Sebastião. Aqui, as quatro ruas que separam os quarteirões descrevem ângulos de noventa graus com as extremidades (Rua Direita e muralha marítima).

No centro geográfico da vila, o perímetro do castelo de 1514, agora transformado e aumentado, circunscreve-se a um quadrado de arestas limadas pela curvatura das antigas torres. A implantação do castelo manuelino parece ter funcionado como geratriz organizativa de todos os cheios e vazios do espaço urbano da vila projectada a partir de 1541. Para ocidente rasgava-se a grande praça do Terreiro até à Porta da Vila, entalada entre a fachada principal do Palácio do Governador e o canal viário da Carreira, limites de um espaço que representa o negativo do quadrado ocupado do edifício da cisterna, agora semi-preenchido pelo volume da mesquita oitocentista. A única “invasão” autorizada, rompendo a regularidade da figura geométrica em planta, foi a edificação da igreja matriz, que ocupa a banda adjacente à Rua da Carreira. No restante espaço urbanizado, para norte e sul do quadrilátero central, até aos novos muros modernos, verifica-se uma distância semelhante às medidas dos lados do quadrado, que não sendo perfeito, oscila entre os cinquenta e três e os cinquenta e sete metros, ou antes, entre as vinte e quatro e vinte e seis braças, aproximadamente.

As medidas indicadas correspondem aos comprimentos dos quarteirões inseridos na tipologia regular que destacávamos atrás. Estas unidades rectangulares apresentam, por sua vez, medidas nos topos que equivalem à metade dos lados maiores, revelando um tabuleiro de malha mais apertada.

Efectivamente, a matriz pode ter residido na metade do módulo quadrado do primeiro castelo português, depois de preenchidos os interstícios entre as torres, disposta segundo as duas direcções encontradas. O modelo manifesta similitudes com a cidade portuguesa de Damão, delineada mais tarde, na segunda metade do século XVI, depois da conquista definitiva de 1559. No entanto, ao contrário da urbe indiana, onde o traçado resulta da subdivisão em quatro partes de um também fortim pré-existente³⁵, em Mazagão a meia fracção do quadrado base foi apropriada com menos rigor e de forma mais livre. Em ambos os casos, o sistema pervertia-se no encontro com as muralhas mais irregulares do contorno. Na praça norte-africana, a situação torna-se particularmente evidente nas imediações dos cantos da vila, junto aos baluartes, onde é necessário efectuar compensações, devido aos planos oblíquos, ou criar acessibilidades ao caminho de ronda.

O encadeamento lógico demonstrado sugere que o plano urbano de Mazagão seja consequência de uma base modelar emanada pela pré-existência física do castelo de 1514. Decorrente de um projecto inovador no campo da arquitectura militar, cujo recinto fortificado viria a abraçar o dito castelo e o povoado adjacente, não sabemos se na totalidade, os limites da acção urbanizadora encontravam-se desde então marcados. Desconhece-se também até que ponto Benedetto da Ravena, ou qualquer outro interveniente da junta régia, terá contribuído para o desenho de tão racional “arruação”. Requisitado pelas suas qualidades de engenheiro militar e pela sua capacidade projectual no domínio da fortificação como resposta ao surgimento da pirobalística como técnica de fogo, no currículo do mestre italiano não figuram intervenções urbanas de destaque. Por este motivo, acreditamos que Mazagão deve ser lida como corolário de uma tradição urbanística decorrente de uma experiência magrebina essencialmente centrada na primeira metade do século XVI.

O que fica claro da disposição interior da vila-fortaleza é a racionalidade de uma operação de conjunto, integrando as componentes militar e urbanística. A distribuição viária complementa-se e prolonga-se através das acessibilidades ao caminho de ronda e baluartes, fomentando uma circulação funcional de fronteiros e moradores. Eram quatro as escadas/rampas que, situadas justamente a meio de cada lanço amuralhado, descreviam uma repartição alternativa à concentração de meios e pessoas sobre os baluartes: a Escada dos Bois,

35 Rossa 1995, 283.

a norte; a subida da Calheta, sobre o porto, para oriente; a Escada do Contador, a sul; e, por fim, a escada que dava acesso à plataforma do baluarte sobre a porta principal. No interior da vila, para além da matriz dedicada a N. Sra. da Assunção (Fig. 12), sete capelas ou igrejas semeadas pelo tecido construído facultavam à população o serviço religioso – N. Sra. da Luz, N. Sra. da Piedade, N. Sra. da Nazaré, S. José, S. Sebastião ou S. Francisco, Santa Cruz e S. João. Juntavam-se duas ermidas, N. Sra. do Pilar e N. Sra. da Penha de França, respectivamente sobre os baluartes do Anjo e de Santo António. Nem sempre possuíram culto simultâneo e a sua edificação ou consagração deve ter sido espaçada no tempo³⁶. Indiscutível é a existência de uma Misericórdia associada ao hospital, ambos instalados junto à cisterna, no edifício do castelejo transformado em centro administrativo da vila, e da igreja matriz, único templo não geminado com outras construções.

As mudanças desde 1769

O ano de 1769 fechou o ciclo de realizações portuguesas em Mazagão e, por conseguinte, no Norte de África. Data da evacuação da praça, ordenada pelo Marquês de Pombal, iria dar início a um período de cerca de meio século de abandono, em que foi apelidada de *Al Mahdouma*, a Destruída, devido essencialmente às explosões causadas pelas minas deixadas durante a retirada portuguesa. Depois da conquista da praça pelo sultão Sidi Mohammed Ben Abdallah, os dois mil habitantes da praça marroquina partiram em direcção a Lisboa, para depois seguirem para o Brasil, onde, no Pará, se fundou Vila Nova de Mazagão, por ordem do Marquês³⁷.

Finalmente, em 1821 e no seguimento da reconstrução conduzida por Sidi Mohammed ben Ettayeb, os judeus foram os primeiros ocupantes do ainda designado *mellah*. Descrições da época mostram como o desenvolvimento demográfico terá ocorrido por volta da década de 1860³⁸, quando a cidade começou a crescer para lá das muralhas portuguesas e da convivência étnica

36 Mais esclarecimentos sobre as instituições religiosas podem ser consultados em Descrição da Fortaleza de Mazagão (1916), bem como em Cunha 1864, Dornellas 1923-24 e Périale 1938.

37 Cf. Araújo 1998, 265-290.

38 Goulven 1918, 402-416.



Fig. 12 - Fachada da Igreja de Nossa Senhora da Assunção. © Fotografia do autor

entre judeus e árabes se fazia a massa populacional de Mazagão. O estabelecimento do protectorado francês, em 1912, veio contribuir para a caracterização cosmopolita do tecido social, suspensa depois do final da Segunda Guerra Mundial, com a partida hebraica para o então recém-criado estado de Israel, e com a retirada francesa após a independência marroquina em 1956. Presentemente, consumada a ocupação definitiva pela população árabe, a par de *mellah*, à antiga cidadela portuguesa atribui-se, paradoxalmente, a denominação do protectorado francês, *Cité Portugaise*. Agora, trata-se apenas de um pequeno bairro de El Jadida, cuja urbe prossegue a sua expansão extra-muros impulsionada pela proximidade de Jorf Lasfar, o grande porto marroquino dos fosfatos.

É um conjunto vivo e em dinâmica permanente, onde as metamorfoses morfológicas se operam quase quotidianamente, muitas vezes à margem dos regulamentos ou da autoridade. Do tecido residencial construído da Mazagão portuguesa restam escassos vestígios. Como tal, torna-se difícil a detecção e identificação de tipologias de arquitectura doméstica na paisagem urbana contemporânea da *Cité Portugaise*. O cenário provável caracterizar-se-ia por casas térreas cobertas por açoteias, ou seja, a cada parcela corresponderia apenas uma habitação, fazendo equivaler a conta de D. Gonçalo Coutinho e a planta setecentista, separadas por uma centúria. Terá sido durante o século XVIII que algumas casas se começaram a sobradar, como nos mostram os portais encimados por varandim do número 4 da Rua do Celeiro ou da esquina da antiga Rua do Martírio com a de S. Lourenço, recentemente demolido.

O confronto com a cartografia setecentista possibilita um primeiro nível de averiguação da ancestralidade duma hipotética regra encontrada. Porém, a investigação passa, sobretudo, pela avaliação da substituição das casas portuguesas por outras construções nos séculos XIX, XX e mesmo XXI, dado que a renovação se opera quotidianamente, ou da sua eliminação, com a consequente criação de espaços vazios, numa perspectiva de recuperação de uma imagem caracterizada, possivelmente, por alinhamentos de casas térreas rasgadas por sequências de porta e janela(s). As excepções afirmar-se-iam pela dimensão superior do lote, por detalhes decorativos ainda detectáveis e por sistemas internos de distribuição vertical que confirmassem a presença de um sobrado.

Tão importante como inesperada, a classificação poderá terminar com esta anarquia serena e latente, e encetar uma operação de salvaguarda e

valorização, correspondente à escala e riqueza deste perímetro fortificado, aproveitando uma realidade social autóctone e jovem. A excepcionalidade de Mazagão revela-se igualmente em dois tempos: no pioneirismo da sua experiência moderna no continente africano, de onde se destacam elementos arquitectónicos ou urbanos notáveis – as muralhas, os baluartes, a cisterna, as igrejas, as ruas; no exemplo de pluralidade étnica e tolerância religiosa que expressou intra-muros durante os séculos XIX e XX, como atesta a presença de culto simultâneo em mesquita, igreja e sinagoga.

Algumas estratégias de desenvolvimento poderiam passar pelo estabelecimento de percursos que estimulassem a manutenção de alguns edifícios, abrindo-os ao público, pelo fomento da reconstrução ou melhoramento do tecido existente e das condições de salubridade para os habitantes do *mellah*. Impõe-se, porém, um plano que consagre a habitabilidade das famílias residentes no interior do perímetro fortificado como cláusula de salvaguarda deste património e impeça a especulação imobiliária de afastar a massa autóctone do bairro para o exterior das muralhas, como acontecera em Arzila. Da interacção positiva entre todos estes factores resultará, seguramente, mais que apenas “outra” medina turística do Reino de Marrocos. A sua situação física favorece o alheamento em relação ao restante tecido da cidade. Por conseguinte, a mais-valia para El Jadida reside no estabelecimento de pontes com o património oito e novecentista da medina extra-muros, na manutenção e reforço dos circuitos comerciais urbanos e na preservação da identidade social.

Bibliografia

- Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, acerca das navegações e conquistas portuguesas.* 1892. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa / Imprensa Nacional.
- ARAÚJO, Renata Malcher. 1998. *As Cidades da Amazónia no séc. XVIII*. Porto: FAUP publicações.
- CORREIA, Vergílio. 1923. *Lugares Dalém: Azemôr, Mazagão, Çafim*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.
- CORREIA, Jorge. 2006. *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Porto: FAUP (texto policopiado).
- COSTA, Alexandre Alves e Correia, Jorge. 2002. *Mazagão: de praça-forte a arrabalde. Estudos/Património*. Lisboa: IPPAR. 2: 117-123.
- CUNHA, Luis Maria do Couto de Albuquerque da. 1864. *Memórias para a história da praça de Mazagão*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1864.
- Descrição da Fortaleza de Mazagão (1615/19 por D. Jorge de Mascarenhas). 1916. Publicada e traslada por Belizário Pimenta. *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências. (2) 572-589.
- DORNELLAS, Affonso de. 1923-24. *Edifícios e ruas de Mazagão. Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade. XVIII: 152-160.
- FARINHA, António Dias, 1987. *Plantas de Mazagão e Larache no início do séc. XVII*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- GOULVEN, Joseph. 1917. *La Place de Mazagan sous la domination portugaise (1502-1769)*. Paris: Émile Larose.
- GOULVEN, Joseph. 1918. *L'établissement des premiers Européens à Mazagan au cours du XIX siècle. Revue de l'Histoire des Colonies Françaises*. Paris: H. Champion / E. Larose. 6: 385-416.
- História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. 1989. Direcção de Rafael Moreira. Lisboa: Alfa.
- Idrissi. 1866. *Description de l'Afrique et de l'Espagne*. Traduction, notes et glossaire par R. Dozy et M. J. Goese. Leye: E. J. Brill.
- Mazagão: património edificado de origem portuguesa*. 2001. Catálogo da exposição da Acção de Cooperação Portugal/Espanha/Marrocos. IPPAR/CPML/FAUP.

- MOREIRA, Rafael. 2001. *A construção de Mazagão. Cartas inéditas 1541-1542*. Lisboa: IPPAR / CPML.
- Notas sobre alguns Engenheiros nas Praças de África*. 1922. Coligidas por Henrique Lopes de Mendonça. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PÉRIALE, Marise. 1938. *Promenade à travers l'histoire de les vestiges de la domination portugaise au Maroc*. Lisboa: [S.n.].
- RICARD, Robert. 1949. Ibero-Africana. I. Sur Mazagan au XVe siècle. *Hespéris*. Paris: Librairie Larose. XXXVI: 233-235.
- ROSSA, Walter. 1995. A cidade portuguesa. *História da Arte Portuguesa*. Direcção de Paulo Pereira. [S.l.]: Círculo de Leitores. Vol. 3: 233-323.
- Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*. 1934-51. Première Série - Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal. 5 Tomes. Paris: Paul Geuthner.
- SOUZA Viterbo, Francisco. 1988. Fac-simile da edição de 1899-1922. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.